

17632

**PROJETO DE LEI Nº 3.123, DE 2015**  
**(Do Poder Executivo)**

Disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos de que tratam o inciso XI do caput e os § 9º e § 11º do art. 37 da Constituição.

**EMENDA DE PLENÁRIO Nº**

Nº 21

**Art. 1º** Suprimam-se os incisos XXII, XXIII e XXIX do artigo 3º do Projeto de Lei nº 3.123/2015.

**Art. 2º** Acrescente-se o seguinte inciso VII ao art. 4º do Projeto de Lei nº 3.123/2015:

*"VII - adicionais de insalubridade, de periculosidade, de penosidade, de radiação ionizante, noturno e serviço extraordinário, até o limite do vencimento básico percebido pelo agente público."*

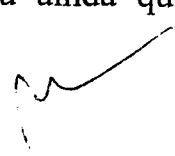

**JUSTIFICAÇÃO**

O PL nº 3.123/2015 visa fixar as parcelas da remuneração do servidor público que se submeterão ao teto constitucional. A medida pretende coibir abusos que algumas legislações estaduais – e até mesmo federal – vêm cometendo ao criar parcelas salariais sob a pecha de “indenizatória”, com o único objetivo de aumento da remuneração, sem relação com ressarcimento por prejuízos sofridos.

Entretanto, em alguns pontos específicos, o projeto revela certa rigidez ao submeter direitos básicos do trabalhador público ao limite do teto. Algumas parcelas com caráter flagrantemente indenizatório foram açodadamente incluídas no teto pelo projeto original.

Cremos que os servidores públicos que exerçam atividade insalubre, penosa, ou que tenham contato com radiação ionizante, ou ainda que exerçam

g.

CNT. ENF 21

atividade em período noturno sofram um dano irreparável em suas saúdes, que precisa ser reparado pelo Estado. A fim de que abusos sejam evitados, limitamos o valor dessas parcelas ao vencimento básico percebido pelo agente público.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2015.

fevereiro de 2016

Conselheiro Somma  
Vice-Líder do Bloco  
PP/PTB/PSC/PAS  
PDT/MA  
Deputado Weverton Rocha  
SARNEY FILHO  
PV  
MORAES  
PT  
Coronel Zanotto  
Paulista  
BPS/SC